

**A NATUREZA E OS DADOS**  
**(A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo)**

ENI PUCCINELLI ORLANDI  
UNICAMP

Trabalhamos com formas de discursos enquanto significam relativamente a outras, considerando também uma relação pelo menos não unívoca entre pensamento/linguagem/mundo. Nessa perspectiva, interessa-nos a construção discursiva dos referentes, os processos específicos de significação que se põem em marcha e que entram nos processos de formação de um país.

No caso presente, procuramos compreender a relação entre narração e descrição na formação e desenvolvimento de um país de colonização como o Brasil.

Os discursos sobre o Brasil, produzidos no contato dos europeus com o Novo Mundo, sofreram, no século XIX, uma transformação radical. Trata-se da passagem da **narração** para a **descrição**, sendo que esta transformação corresponde a outras de naturezas diversas, como mostraremos nesse estudo.

Nos trabalhos que desenvolvemos (*Terra à Vista!*, 1990) pudemos ver como os *relatos* (recits/rapports) dos missionários e dos viajantes produziram sentidos sobre o Brasil de uma maneira particular. Eles permitem aliar religião, política e conhecimento, colocando os habitantes do país nascente sob o governo europeu, seja sob a forma da obediência a Deus, seja sob a forma do assujeitamento ao Estado, ou sob a forma da submissão ao saber.

Quanto a este aspecto, é interessante observar que a ambiguidade do uso indistinto, nos séculos XVI e XVII, pelos missionários franceses, das palavras rapport/relation para relato (récit) atestam a fragilidade dos limites entre ciência e ficção (literatura). Num país em que tudo é novo é difícil saber o lugar dessa diferença, uma vez que o imaginário ainda não trabalha a sua distância. No século XVIII a distinção rapport (relatório)/relation (relato) já prenuncia a relação formal da literatura com as ciências humanas.

De todo modo, um efeito maior domina essas relações discursivas. É o efeito que faz com que, a partir da memória europeia já estabelecida, se possam atribuir sentidos a um mundo ainda sem sentido, cuja memória não conta pois não tem uma escrita que a configure em confronto com a memória escrita europeia.

Assim, esses países, e em nosso caso específico, o Brasil, se encontram um lugar na história, ao serem falados (escritos) pela memória outra, a memória europeia.

Essa será uma clivagem constitutiva da história desses países de colonização, que se marca pelo apagamento da história em função da acentuação das características culturais. A história continua sendo a história da Europa com particularidades culturais que lhe são acrescidas com as *descobertas*.

No século XIX, com o neo-colonialismo, assistimos o retorno dos relatos, na diversas reimpressões dos textos dos séculos XVI e XVII, mas outra forma de discurso se apresenta como dominante: a descrição.

Para entendermos o que se dá, nessa passagem da narração para a descrição, é preciso antes compreendermos o sentido da trilogia estabelecida pela tipologia que distingue: narração, descrição, dissertação.

## **As Tipologias e a AD**

Não acreditamos que as tipologias tenham uma função na busca das regularidades discursivas. O critério para encontrar regularidades, na AD, não deve ser formal, tipológico, já que é no movimento e na dispersão que o discurso encontra sua ordem.

Inscrever-se na possibilidade de encontrar regularidades, através da análise tipológica, é enganar-se na ilusão do conteúdo (o que o autor quer dizer?) e também na impressão de uma certa noção de sujeito do discurso como forma de subjetividade e não pontos de subjetivação (intercambiáveis). A noção capaz de subsumir essa idéia de unidade na dispersão é a de formação discursiva (FD), lembrando que Pêcheux (1984) insiste em que esta noção deve remeter a espaços abertos sempre suscetíveis de estruturações e reestruturações que não são dados a priori mas se constituem na medida em que a análise se desenvolve, a medida em que filiações socio-históricas são identificadas no discurso (J. Horta Nunes, 1993).

Mas as tipologias desempenham um papel digno de observação na AD.

A. A tipologia pode nos ajudar a esclarecer o funcionamento institucional do discurso. Nesse sentido, ela estaria presente na atividade mesma do sujeito enquanto forma de dizer, organizada pelas normas institucionais. É o caso da distinção tipológica entre discurso político, religioso, jurídico, pedagógico etc, que deriva da distinção de lugares institucionais tais como escola, igreja, direito, com suas normas.

B. Por outro lado, a tipologia tem uma função que podemos chamar de heurística. Como faz intervir critérios para a consideração dos discursos em suas diferenças, isto pode dizer algo para a teoria do discurso. Podemos assim perceber o tipo de discurso como efeito de sentido, como função necessária do imaginário. A distinção heterogeneidade mostrada/heterogeneidade constitutiva (J. Authier, 1987), por exemplo, é uma distinção que explicita os mecanismos de produção do efeito imaginário que trabalha tipologias que dispõem sobre o discurso relatado, como a de Bakhtine, ou da relação de pessoa (discurso/história) em Benveniste, entre outros. Distinções como a apontada por Pêcheux (1981) em seu estudo sobre o arquivo e que reflete sobre a divisão do trabalho da leitura que separa a instância do literário (sujeito a interpretação) e a do científico (logicamente estabilizado) são explorações desses efeitos de tipologia que

resultam na compreensão, em Pêcheux, da natureza da relação entre sintaxe e semântica (ou de língua e discurso, em nossos termos).

Pois bem, é nessa perspectiva da função heurística das tipologias que procuramos compreender o estabelecimento da tipologia que distingue narração, descrição e dissertação.

O primeiro deslocamento a propor, nessa perspectiva, é considerar a Retórica não como o conjunto das formas de argumentação mas como construção historicamente determinada de formas de discurso<sup>1</sup>. Para isso, pensamos a formação da sociedade em seu aspecto lingüístico-discursivo, ou seja, pensamos a formação dos modelos discursivos (retóricos) concomitantemente às práticas doutrinárias, produzidas no confronto da Ciência, da Religião, do Direito e da Política Social, nos países de colonização. A questão que nos colocamos é então: que formas de governo se estabelecem tanto dos povos quanto dos sentidos?

Tomando como referência o século XIX (e o pensamento liberal positivista), procuramos determinar os diferentes processos discursivos que (se) estabelecem (n) as diferentes concepções de sociedade.

Estas nossas considerações nos encaminham para a reflexão sobre a construção do imaginário do discurso científico, já que a descrição é fundamental para ela. E é neste sentido que observamos, como referimos acima, a descrição em sua função heurística.

## **Descrição e Determinação: a contraparte**

A passagem narração/descrição, na história dos discursos sobre o Brasil, refere ao modo de se significar a realidade brasileira. Este modo tem a ver com as transformações das relações entre *história* e *ciência*. Se, no século XVI, é o discurso sobre a cultura, os costumes, a religião, que ocupa a frente da cena da cientificidade, no século XIX é antes o inventário das espécies que vai desempenhar este papel. Os longos relatos (em que a narrativa simula a dissertação) e os relatórios dos viajantes e missionários vão ceder seu espaço às exaustivas descrições e aos diários de campo assim como às classificações dos objetos, seja da fauna, da flora ou das línguas, dos habitantes, das raças.

Ainda que também se apresente como relatos de viagem, a forma material dos discursos dos naturalistas dessa época já não é a da narrativa mas a da descrição. Que estatuto terá essa forma de conhecimento? Quais seus efeitos de sentidos, primeiro para a própria ciência e depois para os países que assim passam a ter suas “coisas” elevadas a nível de saber, de conhecimento?

---

<sup>1</sup> Vale lembrar que, na perspectiva do discurso, a argumentação não existe em si mas no processo histórico em que as posições dos sujeitos são constituídas. Estas são menos uma questão de intenções e finalidades do que diferenças instituídas pelas relações entre formações discursivas distintas. Logo, derivam de diferenças ideológicas.

Na história do Brasil, esta passagem se dá nos fins do século XVIII e no século XIX, e é representada, na retórica, pela passagem dos relatos de viajantes e missionários para as descrições de viajantes e estudiosos. Isto corresponde a uma laicização da retórica, por assim dizer, anunciando os traços do espírito liberal e positivo. O discurso correspondente é o discurso dos naturalistas.

#### A. O Discurso Naturalista: A Visibilidade.

Uma das características básicas do discurso naturalista é aquela que procura, pela descrição de características naturais - seja do solo, das plantas, dos animais, do relevo ou dos tipos humanos - tornar visível, lisível seu objeto. Em nosso caso, esse objeto é a superfície brasileira e o discurso dos naturalistas produz uma configuração específica para o Brasil. Esta configuração é que terá o sentido de um país (ou não), ao descrever sua superfície, com uma fisionomia específica para seus diferentes aspectos: espaciais, físicos, ambientais mas também sociais e políticos.

Procuramos explicitar estas características em sua função simbólica, como resultantes de práticas significativas, tais como a denominação, a classificação, dando especial atenção à descrição. Desse modo encontramos os “critérios” do discurso naturalista, vale dizer, o modo como ele sistematiza as “informações” sobre o Brasil. Nessa direção, ressalta o caráter de determinação que pretende este discurso.

#### B. A Determinação

A questão da determinação é fundamental em análise de discurso e pode ser compreendida em várias dimensões da discursividade seja na própria história de constituição da relação entre sujeito-texto-gramática-sentidos, seja em instâncias como a da constituição das identidades, isto é, dos modos de representação dos sujeitos nas práticas simbólicas.

Determinar, em análise de discurso, é precisar, tornar legível, visível. Isto, na instância da subjetividade e da individualização, significa isolar, colocar sob controle. Na instância das ciências humanas, significa fazer do homem uma entidade homogênea, transparente. Do ponto de vista da formação de um país, como é o caso do mecanismo da determinação no discurso naturalista sobre o Brasil, este efeito de homogeneidade e transparência se produz sobre o próprio país, o Brasil.

A determinação está na base do efeito de estabilidade do referente. Em nosso trabalho, é isto que chamamos a ilusão referencial: a que nos faz crer na objetividade da linguagem. É sobre o mecanismo da determinação que se assenta o efeito de evidência produzido pela ideologia e a consequente impressão de literalidade, o sentimento da unicidade do sentido permanente. Ou, como diz Pêcheux (1984), quando refere ao sujeito pragmático, “a necessidade de um mundo semanticamente normal” (e determinado), de um “universo logicamente estabilizado”. Desse modo, estaríamos livres de depender de “enunciados (...) cujo modo de existência parece regido pela própria maneira com que falamos deles”.

O discurso naturalista é dos que constroem a “objetividade” que nos livra das formulações equívocas e não-unívocas. Estaríamos, no discurso naturalista, no domínio

da “homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas” que, para a análise de discurso, é todavia atravessado “por uma série de equívocos, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio etc que “cobrem” ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações”.

É a construção dessa aparente estabilidade sem equívocos e unívoca, produzida na articulação desses domínios - científico, tecnológico e administrativo - que apreciamos nesses discursos sobre a natureza brasileira. Essa natureza que, por ser desconhecida, deslimitada, encontra nesses discursos a construção de seus limites, e a possibilidade de distinguir o que sobre ela se estabelece como verdadeiro ou como falso, já que, nessa nova realidade que se apresenta ao europeu, essa distinção não está feita. Este real das gestões administrativas trabalha o real das tecnologias e o das ciências da natureza “nele encontrando os meios de gerir o imenso registro da produção e igualmente o da destruição” (M. Pechêux, 1984).

Essas são as características e os efeitos da determinação. No discurso naturalista sobre o Brasil, no século XIX, esses efeitos derivam do funcionamento da descrição.

Descrição: o efeito referencial e a institucionalização do dado.

Para compreender o funcionamento da descrição nos discursos dos naturalistas sobre o Brasil, tomamos alguns textos de relevância em nossa história: 1. Os textos de Saint Hilaire (1824), *Plantes Usuelles des bresiliens e Histoire des Plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay*; 2. Os textos do astrônomo Francisco de Lacerda e Almeida, *Diário de Viagem pelas Capitâneas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuiabá e S. Paulo nos anos de 1780 a 1790* (1841); 3. O texto do Príncipe Wied Neuwied, *Viagem ao Brasil de 1815/1817* (1840).

Passaremos a analisar alguns recortes desses textos e a explicitar os efeitos de sentidos que eles mostram.

[1] “Partimos pelas 3 horas da madrugada e fomos esperar a maré no Rio Japim, d’onde fomos pernoitar ao sítio Vacurana (...) Depois da missa, que se disse na boca do Piriá, fomos jantar na boca do Rio Matuacú, e pernoitamos nas Ilhas dos Piriqitos (...) e chegamos a Villa do Gurupá no dia 11, tendo ouvido missa no dia 10 defronte do rio das areas. Chegamos a Gurupá, que consta de 400 almas, e de um pequeno Forte de figura irregular” (F. de Lacerda e Almeida, 1841).

Há um efeito de objetividade produzido por esta escrita que se dá ao nível do pre-construído: os rios, localidades, características geográficas aparecem já nomeados, mostrando um país já estabelecido de fato. Não se trata de um processo de denominação desses “acidentes”, eles já aparecem como estando lá, nomeados. Sua existência material já está garantida, o que se produz com a descrição é a atestação formal, jurídica, de sua existência. Esta é uma viagem oficial, com a presença de um Comissário que valida as demarcações, que dá legitimidade ao percurso descrito e produz a visibilidade do espaço que configura a realidade desse país. O social, o cotidiano, os costumes - ao contrário do que se dá nos relatos dos viajantes e missionários dos séculos XVII e XVIII - entra

comedidamente pela porta deixada entreaberta pelo observador. O tempo exato para a confirmação da fisionomia traçada. A precisão do discurso do astrônomo comparece para aumentar o efeito de objetividade:

[2] “tem de comprido 11 légoas: 7 correm ao ONO até a boca do outro furo chamado Guajuru, e as 4 légoas a N até subir no Amazonas...” (F. de Lacerda e Almeida, idem).

Tanto o caráter histórico quanto etnográfico aparece de modo circunspecto. As narrativas, quando aparecem, têm a estrutura de narrativa e o efeito de descrição; espera-se um acontecimento e se tem uma paisagem, uma fisionomia de relevo:

[3] “com desejos de ter mais notícias subi n’este dia juntamente com o capitão Ricardo segunda vez ao descaldado; e atravessando o seu cume para Nascente vi que o terreno que vai do nascente para o N está todo montuoso...” (F. de Lacerda e Almeida ibidem).

Esses efeitos de determinação da descrição nos levam a um enunciado fundamental na produção desse discurso que seria: “O Brasil é *assim*”. Nesse “assim” é que está o lugar nodal de significância dessas construções descritivas, pois aí é o lugar da interpretação (e do equívoco, do acontecimento etc). É esse lugar “vazio”, pleno de interpretações, de pontos de deriva, que deve ser preenchido, estabilizado, no discurso naturalista. Aí intervêm as formas de determinação, a descrição.

Se analisamos agora os textos de Saint Hilaire, a estas características podemos acrescentar algumas especificidades.

A fala de Saint Hilaire é francamente a da construção disciplinar das ciências naturais, com a explicitação de suas intenções filosóficas, teóricas e didáticas:

[4] “Os talentos desses senhores (Jussieu, Cambessèdes) apresentam uma bela garantia aos que desejam absorver nessas obras uma sólida instrução” (Saint Hilaire, 1824).

A organização do discurso naturalista é trabalhada cuidadosamente por Saint Hilaire. Ele distingue, em seus escritos sobre as plantas remarcáveis do Brasil, a introdução, a Monografia e o que ele apresenta como Memoire (que ele distingue em fisiológica e histórica). Na Monografia, por sua vez, ele distingue: caracteres gerais, históricos, geográficos, usos e afinidades.

Na Monografia a questão fundamental é a classificação, aparecendo também a localização e a descrição:

[5] “A ces deux espèces j’en ajoute trois autres, que j’ai également recueillies dans mes voyages, et ainsi le genre Lavradia se trouve monter aujourd’hui à cinq espèces, au lieu d’une seule...” (Saint Hilaire, idem).

Eis a importância das viagens, do histórico na Monografia: lugar de assentarem os argumentos para as classificações. A geografia, quando aparece, não serve para caracterizar o país, pois é a classificação da planta que interessa. Nenhum comentário sobre o país é feito que não releve do puro interesse da classificação. A viagem aparece como argumento, enquanto a procura de dados serve para a comprovação científica. É na parte da Introdução que são feitas referências ao país.

Mesmo se nessa parte, a Introdução, são feitas referências ao país, ao povo, aos hábitos, se está sempre no discurso naturalista e os critérios e formulações continuam nesse paradigma, produzindo seu efeito particular. Este efeito, juntando classificação de espécies da natureza e caracterização fisonômica do país e da população local, institui o modelo do que ficará, na ciência, como *pesquisa de campo*.

a. Referência ao povo e suas qualidades:

[6] “Le voisinage d’une capitale, telle que Rio de Janeiro, explique assez le peu d’hospitalité des pays environnants; plusieurs causes s’opposent au développement des facultés intellectuelles de ceux qui y vivent; j’indiquerai légèrement une d’entre elles: même dans le pays des Mines, pays éloigné de la mer, j’avois remarqué que l’intelligence des habitans étoit en rapport avec l’élévation du sol”.

b. Distinção de raças, como de espécies:

[7] “Plusieurs savans ont pensé que les Américains indigènes ne formoient point race distincte; les Botocudos, souvent presque blancs ressemblent plus encore la race mongole que les autres indiens”.

Esse processo de naturalização do social e do histórico vai ser uma constante. Por aí desembocamos em “teorias espontâneas” sobre o homem brasileiro, seu país e seu destino. No imaginário científico naturalista também o prenúncio da extinção está presente: o fim inevitável da cultura primitiva. Este fim estando, além disso, acrescido da incapacidade administrativa dos habitantes do novo mundo:

[8] “d’excellens bois et de menuiserie et qui seroit florissante si elle eut été gouvernée par des hommes plus habiles” (St Hilaire, 1824).

A riqueza mal aproveitada sugere o seu melhor aproveitamento por quem tem maior capacidade de administrá-la. Eis aqui a articulação entre o real da ciência, o da tecnologia e o das gestões administrativas. Tudo isto se sustentando em formulações do discurso naturalista, embrião dos discursos ecológicos e dos partidos verdes, com sua forma peculiar de governar.

Aqui e ali apontam filosofias espontâneas sobre as coisas do Brasil, mas o efeito do sentido global dessa forma de discurso - a viagem naturalista - é, como dissemos, o estabelecimento de uma certa concepção de observação científica sob o modo da *pesquisa de campo*.

O que resulta do empreendimento naturalista é o quadro conceptual da pesquisa de campo, que se estabelece assim no século XIX e se pratica sem muita diferença até hoje. E é este método de observação, com sua respectiva forma de visibilidade, que se instala como prática científica, produzindo uma forte estabilização dos referentes. A pesquisa de campo tem aí seu traço significativo. O olhar naturalista escreve os diários de campo e seguirá instruções que vão se perfilando em paradigma: não basta recolher plantas, diz Saint Hilaire, é preciso analisá-las ali mesmo e escolher as espécies de que os habitantes fazem uso: não basta uma observação rápida<sup>2</sup>, é preciso percorrer regiões diferentes, comparar, estabelecer relações entre espécies, etc.

---

<sup>2</sup> A necessidade de longa permanência na pesquisa de campo aparece aqui sob a forma da “observação” que não deve ser rápida. Em J. de Lery (1580), aparece como a preocupação de “anotar” as observações e não ficar

Uma rápida observação no discurso produzido sobre as línguas é esclarecedor.

Listas de palavras: a atestação das línguas.

Na relação com as línguas, o discurso naturalista é menos “militante” culturalmente que o discurso dos relatos do século XVII. Ele pensa a unidade e a variedade como patrimônio do mundo (ciência natural) e não procura, como no século XVII, colonizar as línguas sob o modelo do latim.

Nos textos de Saint Hilaire a fala sobre a língua não difere da fala sobre plantas, relevo e fauna:

[9] “J’ai... passé par le village de Santa Anna, habité par des Indiens Chicriabas, dont la langue, si j’en juge par le peu de mots que j’ai pu recueillir, doit être eminentement systématique, puisque ceux de ces mots qui représentent des idées de même nature commencent ou finissent par une même syllabe”.

Sob o olhar naturalista, a língua é colocada no mesmo lugar das coisas da natureza. A língua indígena pode ser mais ou menos sistemática, assim como as plantas podem apresentar características mais ou menos regulares. A relação fundamental é entre unidade e variedade.

É Wied Neuwied que nos dará elementos mais decisivos para a compreensão do lugar da língua na pesquisa naturalista.

O que ressalta, já de início, é a concepção segundo a qual *a língua são palavras*:

[10] “Para dar ao leitor uma noção da língua que falam esses selvagens, apresento a seguir a lista de alguns nomes” (W.N.1940).

Listar palavras e comparar línguas distintas, esta é a forma da ciência lingüística que deriva desses textos:

[11] “A dissimelhança total das línguas faladas por povos às vezes contíguos é realmente um tema do mais alto interesse para o homem que raciocina e, nesse particular, nenhuma parte do mundo rivaliza com a América”.

Essa lenda da enorme variedade, que domina os textos sobre língua nos discursos naturalistas, se acompanha de outra, que se mantem, ainda que a lingüística, depois de Saussure, considere toda língua sistemática: a de que as línguas indígenas podem ser **mais** ou **menos** sistemáticas. Vistas como espécies da natureza, o que falta a

---

só no nível comunicativo (prático). Em W. Neuwied (1850), finalmente, essa necessidade se explicita cientificamente. Em um texto anterior (1986) eu havia chamado a atenção para esta estratégia de longa permanência em campo praticada pelo Summer Institute of Linguistics, enquanto linguistas “e” missionários. Fica o fato de que todos referem a necessidade de longa permanência para a descrição das línguas. Isto a meu ver, contradiz a ciência: é preciso viver o fato para conhecê-lo. Ora, a ciência supõe justamente a capacidade de um saber produzido por um método (e não pela experiência de vida). De todo modo, essas considerações indicam a direção de um *modelo geral da colonização* para a prática científica sob o modo da pesquisa de campo que se estabeleceu cedo no contato entre o europeu e o brasileiro. Os trabalhos que colocam essa modelização no século XX, com a lingüística, esquecem a história mais longa de constituição das idéias lingüísticas no Brasil.



esses observadores, que mesmo hoje seguem a herança naturalista, é a compreensão de que também as línguas indígenas têm história, não são apenas uma variedade cultural.

Observações fonéticas, gramaticais, são feitas de modo complementar, mas os naturalistas centralizam seu trabalho de observação sobre o vocabulário:

[12] “Poderia dar frases inteiras de algumas línguas brasileiras, mas elas seriam menos autênticas que os simples vocábulos, a mesma expressão tendo às vezes várias *significações* (...)” (W.N.idem).

Analisar (conhecer, dar visibilidade) é decompor em elementos (base da classificação naturalista): encontrar (colher) palavras. Essa também é uma herança naturalista que permanece como prática da pesquisa de campo.

A América é um paradigma para a tarefa da “visibilidade”, nós diríamos para a determinação (descrição), como tarefa das tecnologias administrativas no domínio das línguas. A matéria prima lingüística disponível é um manancial para o exercício da classificação naturalista. E serão produzidas abundantemente, não só no século XVIII mas até hoje, como se a maneira de obter os “dados” fosse natural, indiferente às distintas teorias lingüísticas. Os dados, na pesquisa de campo, até hoje aparecem como produto da “natureza” e as línguas indígenas (línguas ecológicas?) são as que mais padecem desse viés naturalista.

Os processos de determinação, via descrição, que dão visibilidade ao Brasil, nesse caso descrevendo suas línguas, o marcam com essa característica: a de que a sistematicidade é um acaso sem história. Um fato de espécie que demanda sua classificação. As línguas brasileiras são espécies naturais. Em extinção. Como os índios.

## Conclusões.

Se a narração, nos séculos XVI e XVII, serve à inscrição do novo mundo na história, ainda que esta seja a história outra, a do colonizador, com tudo que isto implica de apagamento, a descrição, no discurso naturalista dos séculos XVIII e XIX, serve para produzir o efeito da cientificidade da observação. Os textos deixam de ser lidos como documentos da história para serem lidos como documentos científicos, com seus dados de observação.

O Brasil se torna uma realidade observável.

O efeito produzido pela descrição é o da realidade do pensamento (cf. *esquecimento* n.2 Pêcheux, 1975), da objetividade da linguagem, da construção imaginária da realidade, da relação positiva entre as palavras e as coisas. A descrição faz portanto parte disto a que chamamos impressão da literalidade, produzida pela estabilização do efeito referencial que resulta na ilusão da relação termo-a-termo entre linguagem-pensamento-mundo. Daí para a produção do efeito-verdade é só um passo, que o discurso científico realiza. A descrição, com seus mecanismos de categorização, trabalhando a unidade, a variedade, o caráter distinto das coisas do mundo (no caso, do Brasil) produz o efeito da transparência tanto da percepção (é isto que observo, que vejo) como da linguagem (é isto que é).

Por isso, diríamos, o lugar menor dado à descrição, na tradição acadêmica, é enganador. A descrição “teoriza” a objetividade, a nossa capacidade de referirmos a um

ser no mundo. Ela trabalha o fato de que a palavra não é a coisa. É uma forma de pôr o sujeito na relação com a objetividade do mundo, o sentido da referência, ou seja, o de que a palavra não é a coisa mas tem o poder de simular, de parecer ser. Ela faz funcionar a separação entre interior/exterior.

Podemos distinguir, na descrição, seu movimento ambíguo, entre literatura e ciência. Enquanto forma retórica do texto ela se particulariza em seu estatuto literário; enquanto método, ela se especializa em seu estatuto científico. Mais do que o “tipo” de discurso, então, o que faz os efeitos da descrição é a divisão do trabalho da leitura (cf. Pêcheux, 1981): o sujeito à interpretação (o literário) e o logicamente estabilizado (o científico). Estes dois gestos de leitura, absolutamente distintos, se conjugam nos relatos naturalistas. De um lado, a descrição tem uma leitura literária articulando-se à narração e à dissertação, de outro, se apresenta como método, ou melhor, como procedimento científico da abordagem do objeto. Essa ambiguidade, esse equívoco, constitui os sentidos da descrição nesses discursos, nos séculos XVIII e XIX. E nosso trabalho não é desfazer essa ambiguidade, mas compreendê-la em seus efeitos.

Essa passagem da narração para a descrição, que segundo o que dissemos, se situa na passagem dos discursos da colonização para o naturalista, e que nos indica sentidos que estão aliados, quanto à ciência, à possibilidade de discriminar e classificar é, por outro lado, necessária a uma certa forma de governo e de poder. Descrever, nesse sentido, é criar condições para a governabilidade.

A política do Estado, que era a da conquista das terras no novo mundo, colonial, passa a ser a da procura da matéria prima e de produtos para suprir as necessidades de consumo e das indústrias européias. A América do Sul vai se apresentar como um terreno de investigação singular<sup>3</sup>. Para ela se voltam os que querem fazer esse trabalho de caracterizar produtos naturais e conhecer sua localização e condições de vida, que interessam à Europa, independentemente dos colonizadores (são agora comerciantes, príncipes, militares, geógrafos, astrônomos etc). Em relação às línguas, se na época das descobertas se procurava aproximá-las do latim, interferindo nelas, no século XIX, interessam novas variedades, novas categorias, em suma a classificação das espécies. Trata-se de traçar os contornos do *patrimônio universal* (“natural”): determinar, descrever, tornar disponível, recensear a presença das diferentes espécies e apreciar suas qualidades naturais. Construir *bancos de dados* disponíveis.

Caracteres gerais, históricos, geográficos, usos e afinidades - que são as partes da Monografia de St Hilaire - são mais do que uma metáfora científica para caracterizar o país. São o pre-requisito para uma nova forma de abordagem política: a que vê na riqueza e na variedade opulenta da natureza brasileira e na inoperância de seus habitantes ainda uma forma de administrá-los.

---

<sup>3</sup> Agradeço a Sylvain Aurox indicações a este respeito.

## **BIBLIOGRAFIA**

- F. de Lacerda e Almeida (1841) *Diário de Viagem pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuiabá e São Paulo*, nos anos de 1780 a 1790.
- St Hilaire (1824) *Plantes usuelles des brésiliens et Histoire des Plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay*.
- J. Horta Nunes (1993). *Processus de littéralisation dans l'Art de Anchieta*, DEA, Univ. de Paris VII.
- E. Orlandi “As Formas do Falso”, in *Palavra, Fé, Poder*, Pontes, Campinas, 1986. Apresentado anteriormente em uma reunião da ABA em Curitiba.
- E. Orlandi (1990) *Terra à Vista!*, Cortez, Unicamp, São Paulo.
- M. Pêcheux (1981) “Lire l'Archive Aujourd'hui”, Archives et Documents, St Cloud.
- M. Pêcheux (1984) “Le Discours: Structure ou Evenement!?” , Illinois.
- Wied Neuwied (1840) *Viagem ao Brasil de 1815 a 1817*.